



Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

ATA NÚMERO 20/24 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2024.

*Aos dois dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e quatro, no Edifício da Biblioteca Municipal, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de **RUI MIGUEL RIO TINTO LAGES** e com a presença dos Senhores Vereadores **LILIANA DE SOUSA RIBEIRO, SANDRA ELISABETE DIAS FERNANDES, LILIANA SOFIA BOUÇA DA SILVA, NUNO BRÁS COSTA PEREIRA e IDALINA MARIA AREIAS RIBEIRO FERNANDES.***

*Não esteve presente o Senhor Vereador **JOÃO ANTÓNIO BRANCO PINTO**, cuja falta foi justificada.*

*Iniciada a reunião, às 15:00 horas, pelo Senhor Presidente **Rui Miguel Rio Tinto Lages** foram tratados os assuntos a seguir indicados:*

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente cumprimentou os presentes e de seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores.

A Senhora Vereadora Liliana Silva cumprimentou os presentes e perguntou sobre um corte de trânsito relativo a um evento que teve lugar no fim de semana anterior, no Concelho de Caminha e que sobre o qual nada foi deliberado.

Solicitou a reparação de um poste de iluminação pública que se encontra em mau estado junto ao bairro dos pescadores de Caminha, em frente ao bloco E, o qual já é



2
[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

do conhecimento da Junta de Freguesia de Caminha e Vilarelho e da Câmara Municipal de Caminha, no entanto ainda não foram tomadas medidas para resolução do perigo que se encontra no local.

Disse que em 2015 a Câmara Municipal gastou 175 mil euros através do QREN para fazer o parque de estacionamento junto ao Campo do Âncora Praia, no entanto, atualmente está praticamente inacessível, lamentando o estado em que se encontra toda aquela zona da Freguesia de Âncora, e apelou para que seja feita uma intervenção de recuperação daquele espaço.

Apelou que seja colocado mais um funcionário no Pavilhão Municipal de Vila Praia de Âncora, uma vez que só se encontra destacado naquele equipamento um funcionário o qual sozinho, tem muitas vezes que ficar com mais de duzentos alunos, fazer limpeza dos balneários e controlar todas as crianças.

Disse que felizmente este ano não ocorreram incêndios florestais no Concelho de Caminha, mas existem zonas que precisam de ser limpas, porque as pessoas que moram perto estão desesperadas, nomeadamente na zona da Devesa, na Freguesia de Seixas, os terrenos da Junta de Freguesia não estão a ser limpos o que eleva muito o risco de incêndio.

Referiu que o apeadeiro de Âncora Praia está com muita falta de limpeza e cuidado, solicitando uma intervenção no local para que quem chega de comboio possa ver aquele espaço digno.

Relativamente às acessibilidades e da intervenção da munícipe Isabel Varela na última Assembleia Municipal, assim como dos graves problemas que este executivo tem criado por não respeitar a Lei, perguntou qual o plano da Câmara Municipal para garantir a segurança e acessibilidade na marginal de Caminha para pessoas com deficiência visual e o que é que está a ser feito em todo o concelho para colmatar esses problemas. Recordou que na Feira Medieval não foi garantida a passagem para pessoas com mobilidade reduzida e no Parque de Estacionamento do Tribunal, os lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida foram ocupados com mercadores, o que não está correto, uma vez que todos os eventos devem ser para todas as pessoas.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

Perguntou se foi solicitado parecer do IPPAR para a realização da obra no Terreiro, bem como se foi dado conhecimento à entidade dos fundos comunitários que financiou a obra, uma vez que se trata de uma obra feita há menos de três anos e que está a ser alterada.

Relativamente ao Porto de Mar de Vila Praia de Âncora, disse que este assunto não pode ser usado para guerra partidária, nem culpabilizar o atual Governo por tudo o que se está a passar. Referiu que já foi dada a garantia do Governo de que aquela intervenção é para avançar, no entanto ainda com o Governo anterior, foi mal submetida a candidatura para a elaboração do estudo de impacto ambiental. Foi este Governo que resolveu o problema e fez a candidatura corretamente e agora está em condições de ser aprovada. Referiu que o Senhor Presidente não falou da questão das dragagens do Portinho de Vila Praia de Âncora à Senhora Secretária de Estado do Mar, porque é urgente efetuar dragagens no Portinho de Vila Praia de Âncora, mas também no Rio Minho, que é um problema com muitos anos que coloca em causa a ligação a Espanha, apelando que todos lutem por uma ligação efetiva entre as duas margens, a qual só pode passar por a construção de uma ponte. Disse que já fez diligências para que possa ser incluído no debate da próxima Cimeira Ibérica o início do procedimento do estudo de uma ligação definitiva entre Caminha e La Guardia. Disse que vai dar conta do estado de degradação em que se encontra o edifício de apoio aos pescadores de Vila Praia de Âncora da Docapesca, uma vez que a Câmara Municipal tem conhecimento desses problemas há mais de um ano e nunca se ouviu o Senhor Presidente revindicar qualquer resolução. Saudou que o atual Governo resolveu em pouco tempo alguns dos problemas naquele edifício que já tinham vários anos, porque independentemente da requalificação do Porto de Mar, há outros problemas que estão a acontecer naquele local e que não podem esperar o tempo de uma requalificação do Porto de Mar, de forma a dar dignidade ao trabalho dos Pescadores, nomeadamente a manutenção de diversos equipamentos que estão completamente destruídos.



4

[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

O **Senhor Vereador Nuno Pereira** cumprimentou os presentes e perguntou quais as ações previstas para prevenir possíveis situações de inundações e cheias, uma vez que vai começar o inverno.

Disse que a incubadora verde de Argela não tem tido muita utilização e sugeriu a abertura deste equipamento a outras atividades para que mais jovens se possam fixar e criar os seus próprios empregos, parcerias e empresas que possibilitem o aumento do tecido económico e da atividade comercial.

Sugeriu ainda, a realização de um relatório de avaliação de cada um dos eventos realizados pelo município, com objetivos, valores e avaliação do retorno económico.

Perguntou ainda se o setor social do município está preparado para receber os imigrantes.

O **Senhor Presidente** respondeu que relativamente à limpeza florestal a intervenção da Senhora Deputada Municipal Renata Monteiro na última Assembleia Municipal explanou bem aquilo que é o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, ICNF e Juntas de Freguesia em constante execução, uma vez que é difícil a gestão do território relativamente à limpeza. Há também outra vertente sobre este assunto que tem a ver com as propriedades privadas em zonas florestais, em que os proprietários sabem da obrigatoriedade da limpeza desses terrenos, mas muitas vezes não acontece, apelando a todos para que estas limpezas sejam efetuadas.

Comprometeu-se a comunicar a situação do apeadeiro de Âncora Praia às Infraestruturas de Portugal para resolução.

Informou que a Câmara Municipal já comunicou à E-Redes para proceder à reparação do poste de iluminação pública referido pela Senhora Vereadora Liliana Silva, assim como dos postes na Avenida Camões, tendo a E-Redes se comprometido a fazer as reparações na próxima semana.

Referiu que a questão das acessibilidades é uma preocupação de todos e concordou que há muito a melhorar, porque houve muitos anos que nada se fez nesta matéria. Disse que a intervenção na rua de São João e Praça Conselheiro Silva Torres teve como finalidade melhorar as acessibilidades, e agora com esta



5
[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

nova intervenção, a criação de uma nova passadeira, e colocação de piso pedotátil nas passadeiras, mas mais do que isso, ao longo do próximo ano irão ser criadas melhores acessibilidades em todo o território do Concelho. Recordou que todos os eventos causam transtornos e recordou que apesar de terem sido ocupados os lugares de estacionamento para pessoas de mobilidade reduzida na Feira Medieval, os mesmos foram repostos na traseira das tendas em área igual.

Disse que a questão do assoreamento do rio Minho é uma preocupação de todos, no entanto, não compete aos municípios fazer o desassoreamento, uma vez que é um problema que tem que ser visto a nível Governamental pelos dois Estados, Portugal e Espanha. Referiu que o rio Minho tem que estar vivo e dinâmico, e não deve colocar em causa a Pesca e as atividades Marítimo Turísticas, assim como o salvamento pela Autoridade Marítima. São preocupações que devem ser colocadas no debate e nas prioridades dos Governos, devendo ser um esforço de todos, pelo que informou que irá remeter um ofício ao Primeiro-Ministro de Portugal de modo a incluir esta preocupação no debate da Cimeira Ibérica que se irá realizar no corrente mês de outubro. Recordou que já existe um estudo para uma ligação entre Portugal e Espanha elaborado pelo AECT - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, com uma perspetiva a curto, médio e longo prazo, devendo agora haver boa vontade para execução desse estudo.

Relativamente às questões do Senhor Vereador Nuno Pereira respondeu que o Concelho de Caminha tem um grande território ribeirinho, o que tem sempre mais vulnerabilidade a cheias e inundações, desde logo se o rio Minho estivesse menos assoreado, o que permitiria melhor escoamento das águas. A par disso a Câmara Municipal tem desenvolvido um trabalho em conjunto com as Juntas de Freguesia para limpeza e desobstrução de sargetas de águas pluviais de modo a minimizar estes problemas. Disse que tomou boa nota das propostas que fez o Senhor Vereador Nuno Pereira. Referiu que os imigrantes que chegam ao Concelho de Caminha estão referenciados e todos têm tido apoio e acompanhamento.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que falou de um local em concreto que necessita de ser limpo, no Lugar da Devesa, em Seixas. Concordou que a questão das acessibilidades é uma causa de todos, no entanto custa acreditar quando se vê a obra da Marginal, assim como a obra da Praça Conselheiro Silva Tores em que não foram acauteladas estas questões. Solicitou que sempre que haja obras públicas no Concelho de Caminha estejam presentes as preocupações com as acessibilidades.

Relativamente às dragagens do rio Minho, recordou que o Senhor Presidente tinha solicitado um estudo batimétrico e dos sedimentos à DGRM e perguntou se a Câmara Municipal tem alguma informação sobre isso. Referiu que se esse trabalho tivesse sido feito, agora havia outras condições para avançar com um pedido de dragagens.

Disse que já leu o estudo da AECT - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial e ficou chocada com algumas situações, nomeadamente a inclusão em várias páginas de um projeto apresentado pela coligação "O Concelho em Primeiro" nas últimas eleições sem fazer referência à fonte, o que é de uma gravidade e desonestidade intelectual gravíssima.

O **Senhor Presidente** agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Liliana Silva e apresentou a seguinte moção:

"MOÇÃO

Ao longo das últimas décadas tem a Câmara Municipal de Caminha vindo a pugnar, de forma insistente, por melhores condições para a sua população, pelo desenvolvimento do nosso território, pela qualificação do nosso concelho, sendo este um desiderato de todos os Executivos que passaram por esta Câmara Municipal, sendo do PS ou do PSD.

O atual executivo não é exceção aos seus antecessores e, por isso mesmo, tem feito tudo o que se encontra ao seu alcance para dar as respostas necessárias e emergentes a todos esses desafios.



7
[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

Por isso mesmo, entendemos ser de especial importância para o desenvolvimento socioeconómico do concelho de Caminha a Requalificação do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora.

Consideramos que, este é um investimento estratégico para a freguesia de Vila Praia de Âncora, para o concelho de Caminha e para a região norte.

Consideramos que, este é um investimento urgente e necessário para a nossa comunidade piscatória que, diariamente se confronta com constrangimentos de utilização do porto de mar, estando em causa a segurança de tripulações e embarcações – de forma direta - e de famílias e economia a jusante – de forma indireta.

Consideramos que, as justas reivindicações por parte das Associações de Pescadores, com a exigência da requalificação do porto de mar, visa melhorar a segurança da navegação e operacionalidade, reduzindo-se ainda o esforço de dragagens e melhorando-se a competitividade portuária de Vila Praia de Âncora.

Passos gigantes foram dados com a elaboração do Estudo de Requalificação do Porto de Mar que, de forma participada e aberta a toda a comunidade chegou a um ponto de consenso, diríamos que salutar, por parte das instituições públicas locais, por parte das Associações de Pescadores, por parte dos pescadores, por parte dos municípios e, bem assim, por parte da DGRM e Docapesca e, por maioria de razão, por parte do Estado Português.

Nesta senda, e após aceitação do anteprojeto, foi entregue à comunidade local uma maquete que ilustra a reconfiguração do porto de Mar de Vila Praia de Âncora, para uma melhor perceção de todos.

Sucedem que, os passos de gigante que atrás referimos parecem subitamente terem encolhido, o que desde já se lamenta.

Lamenta-se, em primeira linha, por entendermos que os constrangimentos para a atividade da pesca não desapareceram, antes pelo contrário, agravaram-se;

Lamenta-se por se ver o Estado Português a não dar o impulso necessário e urgente para incentivar a economia da pesca, o setor da pesca, o setor da náutica de recreio e das marítimas turísticas.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

8

Lamenta-se por ver a degradação diária daquela infraestrutura portuária que poderia ser um ex-libris nacional votada, uma vez mais, ao esquecimento?

Enquanto atores políticos locais, temos a missão, diríamos que, a obrigação de lutar para que os sucessivos compromissos para com o nosso território sejam de uma vez por todas assumidos e executados.

Não há mais tempo para estudar. Esta é a hora de concretizar!

A Câmara Municipal, como parceiro essencial do Governo da República está totalmente disponível para cooperar, para dialogar, para promover os consensos necessários, no âmbito das suas competências e atribuições, na defesa intransigente dos interesses da comunidade que representa e da comunidade piscatória em particular.

A requalificação do porto de mar de Vila Praia de Âncora é peça essencial para o desenvolvimento económico do concelho. E, por isso, não poderemos mais tolerar atrasos ou diatribes políticas. Este é o momento de unir esforços, de unir vontades e de executar o que tem de ser executado, isto é, a requalificação do Porto de Mar.

A par da requalificação do Porto de Mar, que urge, que é imperioso, não podemos deixar de lado a questão do atual elevado estado de assoreamento do Porto de Mar. Em março de 2024 foi publicada em diário da república a Resolução do Conselhos de Ministros n.º 35/2024, de 4 de março onde o governo autorizou a despesa para as necessárias dragagens do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora, sucede que, até ao presente dia não foi removido um único metro cúbico de areia deste nosso porto, estando em causa todo este ano de operacionalidade do porto de mar, o que se lamenta, exigindo-se desde já responsabilidades por esta inércia.

Bem sabendo que existe agora o compromisso de dragagens a ocorrer no segundo trimestre de 2025, o elevado grau de assoreamento do porto de mar não se compadece com estes prazos, que protelam e que agravam ainda mais o estado de coisas.

Nestes termos, a Câmara Municipal de Caminha, reunida em sessão ordinária de 2 de outubro de 2024, delibera em instar o Governo da República Portuguesa em:



Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

- a) *Garantir, com manifesta urgência, a realização das dragagens do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora, conforme Resolução do Conselhos de Ministros n.º 35/2024, de 4 de março, por forma a que seja salvaguardada a navegabilidade no porto de mar em segurança;*
- b) *Dar prossecução ao processo de requalificação do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora, desde logo, com o início do Estudo de Impacte Ambiental, ainda no ano de 2024*
- c) *Criação de um grupo de trabalho de acompanhamento do processo de requalificação do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora, nos termos da comunicação já remetida a Sua Excelência a Secretária de Estado das Pescas.*
- d) *Promover as necessárias e urgentes obras de manutenção do edificado da Docapesca em Vila Praia de Âncora e apetrechos a ele associados.*

Da presente moção deve ser dado conhecimento:

1. *Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro de Portugal;*
2. *Sua Excelência o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação;*
3. *Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura e Pescas;*
4. *Aos Grupos Parlamentares como assento na Assembleia da República;*
5. *À Assembleia Municipal de Caminha;*
6. *Às Associações de Pescadores com sede no Concelho de Caminha.*

Caminha, 2 de outubro de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal,

-Rui Lages-

A Senhora Vereadora Liliana Silva disse que se irá abster nesta moção, para não votar contra, por achar de uma infantilidade política que não se assumam todas as responsabilidades, no entanto referiu que quer ser parte da solução e não dos problemas, desejando que tudo se resolva, não só a requalificação do Porto de Mar e o Desassoreamento, mas também todos os problemas nos edifícios da Docapesca, lamentando que isso não esteja plasmado na moção.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

O **Senhor Presidente** questionou se a coligação “O Concelho em Primeiro” votará a favor da moção se forem incluídas todas as questões de manutenção do edifício da Docapesca. Disponibilizando-se para acrescentar uma alínea d) na moção com a seguinte redação *“Promover as necessárias e urgentes obras de manutenção do edificado da Docapesca em Vila Praia de Âncora e apetrechos a ele associados”* sendo importante estarem todos unidos num único propósito e desiderato para concretização da requalificação do Porto de Mar, bem como é importante e urgente que seja efetuada a dragagem do Portinho de Vila Praia de Âncora, porque a Câmara Municipal enviou diversas comunicações ao Governo, das quais, nunca obteve resposta. Achou ser importante ter esta moção unânime para mostrar a força da Câmara Municipal na resolução dos problemas da atividade da Pesca em Vila Praia de Âncora. Admitiu que os diversos Governos do PS e do PSD falharam muitas vezes para com os pescadores de Vila Praia de Âncora, no entanto irá continuar a insistir na resolução destes problemas.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que houve um estudo e uma maquete, só que não existe projeto para reconfiguração do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora. O estudo apenas indica o caminho, sendo agora necessário fazer um estudo de impacto ambiental para verificar se a solução encontrada serve e corresponde com todos os princípios da legalidade ambiental. Respondeu que se for incluída uma alínea d) conforme proposto pelo Senhor Presidente a coligação “O Concelho em Primeiro” está em condições de votar a favor da moção, mesmo não concordando com os considerandos.

O **Senhor Presidente** incluiu uma alínea d) na moção apresentada com a seguinte redação: “Promover as necessárias e urgentes obras de manutenção do edificado da Docapesca em Vila Praia de Âncora e apetrechos a ele associados”.



11
[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

A **Senhora Vereadora Idalina Fernandes** cumprimentou os presentes e perguntou se não poderia ter havido uma reunião prévia com os Vereadores da coligação “O Concelho em Primeiro” de forma a elaborar um melhor documento.

O **Senhor Presidente** respondeu que muitas vezes também surgem em reunião de Câmara moções apresentadas pela coligação “O Concelho em Primeiro” que não são trabalhadas previamente, entendendo a urgência de fazer chegar ao Governo esta matéria de forma a ser discutido na Cimeira Ibérica.

A **Senhora Vereadora Idalina Fernandes** voltou a perguntar se era possível reunir previamente para elaborar um documento mais unanime.

O **Senhor Presidente** respondeu que não faz sentido protelar mais esta discussão

A **Senhora Vereadora Idalina Fernandes** disse que faz todo o sentido para que quando se chegasse à reunião de Câmara todos os vereadores estivessem alinhados na mesma posição e uma votação por unanimidade. Lamentou o facto de não ter havido esse contacto no sentido de obter um melhor documento, que fosse ao encontro das ideias de todos e a defesa dos interesses da comunidade piscatória, o que demonstra mais uma vez a atitude do Senhor Presidente citando a expressão “eu Presidente, Secretário e Tesoureiro”.

O **Senhor Presidente** agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Idalina Fernandes e passou de seguida a votação da moção.

A presente moção foi aprovada com 6 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PROPOSTA N.º 1 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS URBANÍSTICAS E REGULAMENTO DE COBRANÇA DE TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS;

Em conformidade com a deliberação tomada em reunião de Câmara do dia 07/02/2024, foi o projeto de regulamento supracitado submetido a audiência de interessados e discussão pública nos termos da Lei.

Assim, nos termos da alínea k), n.º 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter a Alteração do Regulamento de Taxas Urbanísticas e Regulamento de Cobrança de Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas à aprovação da Assembleia Municipal, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** lamentou que a presente proposta tenha um ano de atraso, o que provocou que jovens que já poderiam ter usufruído da medida, tivessem que pagar as taxas. Referiu que a cronologia referida na proposta não corresponde com a realidade, uma vez que no dia 02/11/2023 foi deliberado dar início a este procedimento, tendo sido publicado em Edital a 16/11/2023, a 07/02/2024 foi a proposta submetida a discussão pública, no dia 21/05/2024 questionou sobre o andamento deste processo, mas que afinal só entrou em discussão pública no dia 12/06/2024, que terminou a 24/07/2024 e que lamentavelmente só agora vem a reunião de Câmara.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.



13

Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

PROPOSTA N.º 2 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE CAMINHA;

Em conformidade com a deliberação tomada em reunião de Câmara do dia 07/02/2024, foi o projeto de regulamento supracitado submetido a audiência de interessados e discussão pública nos termos da Lei.

Assim, nos termos da alínea k), n.º 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter a Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Caminha à aprovação da Assembleia Municipal, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 3 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O REGULAMENTO MUNICIPAL DO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE CAMINHA;

Em conformidade com a deliberação tomada em reunião de Câmara do dia 02/05/2024, foi o projeto de regulamento supracitado submetido a audiência de interessados e discussão pública nos termos da Lei.

Assim, nos termos da alínea k), n.º 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter o Regulamento Municipal do Banco Local de Voluntariado de Caminha à aprovação da Assembleia Municipal, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Nuno



14
G - A
Liliana

Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 4 – ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA 2025;

Em 1 de fevereiro de 2017, a Câmara Municipal deliberou que a atualização das taxas, tarifas, preços e demais instrumentos de remuneração financeira fossem atualizados de forma automática pelo Índice de Preços no Consumidor do ano anterior, com efeitos a partir do primeiro dia útil do mês de fevereiro de cada ano.

Pretendeu-se, com esta deliberação, uma automatização e uniformidade na atualização de todos os instrumentos de remuneração financeira do Município.

Nos termos regulamentares da ERSAR e pese embora a Câmara ter deliberado nas suas competências, este tipo de atualização não é considerado por esta entidade válido, pelo que deve existir uma aprovação do tarifário do município para cada alteração ou deliberação da manutenção do tarifário para cada ano.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, na sua competência material, conforme a alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, que o tarifário dos RSU para o ano de 2025 seja atualizado conforme o IPC de 2024.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que vai votar contra esta proposta porque não é proposta que se apresente ao executivo, uma vez que não está fundamentada e não diz nada, não apresenta estudo económico e contraria todas aquelas recomendações da ERSAR, aumentando o tarifário dos RSU em 2,1%, sem qualquer justificação e informação. Referiu que consultando o site da ERSAR relativamente aos indicadores de qualidade da gestão dos RSU, o Município de Caminha apresenta qualidade insatisfatória.

A presente proposta foi aprovada com 3 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro e Sandra Fernandes, 3 votos contra dos



15

Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

Senhores Vereadores Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, e 0 abstenções. O Senhor Presidente usou o voto de qualidade.

PROPOSTA N.º 5 – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA;

Para produção de efeitos imediatos de todas as propostas constantes nesta minuta de ata, **propõe-se** a sua aprovação.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve nenhuma intervenção do público.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 16 horas e 25 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Tomás Henrique Fernandes Antunes, Assistente Técnico da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, que a redigi.

Paços do Município de Caminha, 2 de outubro de 2024

ASSINATURAS:

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Rui Miguel Rio Tinto Lages



Câmara Municipal de Caminha

Ata 20/24 de 02/10/2024

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luís', with a long horizontal stroke extending to the right.

O ASSISTENTE TÉCNICO

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop and a horizontal line.

Tomás Henrique Fernandes Antunes